



Informativo da

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Brasília, 15 a 21 de novembro de 2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Deputados lamentam acidentes e cobram que providências sejam tomadas

No último dia 05, a cidade de Mariana, Minas Gerais foi tomada por lama. O acidente resultou do rejeito da produção de minério de ferro após o rompimento de duas barragens. Centenas de pessoas ficaram desabrigadas. Tendo em vista o desastre, o Presidente da Comissão de Trabalho, Deputado Benjamin Maranhão (SD/PB), propôs que se fizesse, em nome de toda Comissão, um voto de pesar pelas vítimas.

Além disso, o Presidente ressaltou que é essencial cobrar que providências sejam tomadas não só por parte do governo de MG, mas que se responsabilize “aqueles que contribuíram para esse fato lamentável de perda de vidas e dano ao meio ambiente”.

Declarou, ainda, que os danos ambientais podem ser

imensuráveis ao estado de MG e ao Espírito Santo. “No momento a economia também passa por dificuldades tremendas, e um acidente dessa monta que realmente é um problema seríssimo”, finalizou Maranhão.

Durante a última reunião deliberativa, a Comissão também lamentou as mortes de dois executivos da empresa Bradesco e de dois pilotos, decorrentes de desastre aéreo ocorrido no dia 10. O Deputado Lucas Vergílio (SD/GO), amigo dos executivos, declarou que “Marco Antônio Rossi e Lúcio Flávio eram dois exemplos para o nosso país. Dois empresários que contribuíram muito para o crescimento e desenvolvimento do Brasil”. O Presidente reafirmou que o pesar se estende à toda Comissão de Trabalho.

Aposentadoria integral a portadores de hepatopatia grave

A CTASP aprovou por unanimidade Projeto de Lei que estende o direito à aposentadoria integral por invalidez permanente aos portadores de hepatopatia grave. O PL 5.659/09, de autoria do Senado Federal, acrescenta as doenças graves de fígado à Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que assegura aposentadoria integral a diversas doenças incapacitantes, como por exemplo, AIDS, nefropatia grave, alienação mental e esclerose múltipla.

O Deputado Aureo (SD/RJ), relator na comissão, deu parecer favorável à proposição, considerando a doença progressiva e causadora de grave deficiência funcional.

Os Deputados Daniel Almeida (PCdoB/BA) e Luiz Carlos Busato (PTB/RS) questionaram a repercussão

financeira do projeto no momento atual da economia. A Deputada Gorete Pereira (PR/CE) defendeu o mérito da proposição, afirmando que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. “Não dá para falar de repercussão financeira com relação à saúde. É um projeto altamente meritório e uma questão de justiça às pessoas deste país”, completou.

“Não podemos apenar o trabalhador que ingressa no seu trabalho e posteriormente adquire uma doença terminativa. Não temos como não votar a favor desse projeto”, defendeu o Deputado Cabo Sabino (PR/CE).

O PL, que tramita em caráter conclusivo, segue para apreciação das Comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

CTASP aprova teto salarial no serviço público

Sindilegis - editado

A CTASP aprovou por unanimidade, no último dia 11, o relatório do Deputado Lucas Vergílio ao Projeto de Lei 3123/2015, do Poder Executivo, que disciplina o teto salarial no serviço público.

No relatório, o parlamentar contemplou emendas apresentadas por entidades, dentre elas o Fonacate, da qual o Sindilegis é filiado, que garantiu uma redação mais benéfica do projeto aos servidores públicos. No substitutivo, o Deputado criou uma nova fórmula para se calcular as remunerações dos servidores, não incluindo despesas transitórias e temporárias no limite do teto, como horas extras e abono permanência.

O Presidente do Sindilegis, Nilton Paixão, esteve no gabinete do Deputado Lucas Vergílio, na última quinta-feira (5), e reforçou a importância das emendas para os servidores. Para Paixão, com essa nova redação, o Deputado reafirma a importância do serviço público e dos servidores públicos para sociedade.

“Com esse texto, o Parlamentar garante direitos não apenas à categoria, mas também para a sociedade, a qual ganha com serviços públicos prestados com cada vez mais qualidade e eficiência”, pontuou.

PL regulamenta profissão de mergulhador

Agência Câmara Notícias - editado

A CTASP aprovou o PL 6.133/13 e os apensados PLs 6.821/13 e 6.822/13, que dispõe sobre o exercício da atividade profissional de mergulhador. O relator, Deputado Benjamin Maranhão (SD/PB), deu parecer favorável com complementação de voto.

A proposta do Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ) considera mergulhador profissional aquele que participa de atividades com fins de apoio à pesquisa, à cultura, à preservação ambiental, à extração de recursos naturais, à pesca, ao turismo, à prestação de socorro, ao resgate de objetos e pessoas e outras atividades subaquáticas não competitivas e não proibidas em lei.

O PL prevê que compete à Marinha a regulação dos critérios técnicos para o exercício das atividades de mergulho. As regras definidas pelo projeto também se aplicam ao mergulho amador e desportivo, respeitada a autonomia das entidades desportivas dirigentes e das associações, quanto à sua organização e ao seu funcionamento.

Perfil do Parlamentar

Deputado Lucas Vergílio



O Goiano Lucas Vergílio, eleito pelo Solidariedade é um dos deputados mais jovens da Câmara Federal. Já em seu primeiro mandato, Lucas Vergílio conquistou a vaga de vice-líder do Solidariedade. Vergílio é autor de diversos projetos de lei de grande relevância para a sociedade, como, por exemplo, o que trata dos seguros de vida, da terceirização, previdência privada, farmácia popular, entre outros. Além disso, Lucas foi designado para relatar diversos projetos que foram aprovados nas Comissões da Câmara. “Sobre os projetos que sou relator, espero sempre contribuir da melhor maneira possível, buscando ser o mais justo”, afirma o parlamentar.

PL 10/2015 EM ANÁLISE NO SENADO FEDERAL

“Quem se aposenta se depara com o deslignamento do plano do seguro saúde, que é custeado pelo empregador”, ressalta Vergílio. De autoria do deputado Lucas Vergílio o projeto de lei (10/15), corrige essa distorção. O PL que está em análise no Senado Federal concede benefícios para incentivar empresários a custear planos de seguros saúde para seus servidores.

Com isso, o cidadão que não usar a rede pública de saúde dará oportunidade para pessoas mais necessitadas. O deputado Lucas Vergílio também destinou emendas parlamentares a diversos municípios do estado de Goiás. Investimentos para a área de saúde, educação, infraestrutura, turismo e esportes. O deputado é membro titular da CFT e suplente da CTASP e da CCJC.

Agenda

24/11

Audiência Pública: Discutir as atribuições, condições, dificuldades do exercício da atividade de Auditor da Receita Federal do Brasil.

Horário: 10h **Local:** Plenário 12

24/11

Audiência Pública: Autorização a concessão de licença para tratar de interesse particular aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal

Horário: 14h30 **Local:** A definir

Informativo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Presidente: **Benjamin Maranhão (SD/PB)** | Texto e diagramação: Melina Fleury | Colaboração: Agência Câmara | Fotos: Melina Fleury | Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados – Anexo II, Pav. Térreo, Ala A, Sala 50 CEP: 70.160-900 Fone: (61) 3216-66805 | e-mail: ctasp.decom@camara.leg.br | Site: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctasp>